

- V -

## **AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE *ACCOUNTABILITY* NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA**

**Andréia F. da Silva** (Docente/UFCG)  
[silvaandreia@uol.com.br](mailto:silvaandreia@uol.com.br)

**Ângela Cristina A. Albino** (Docente/UFPB)  
[angela.educ@gmail.com](mailto:angela.educ@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa mais ampla, em andamento, que vem analisando as políticas educativas implantadas na Paraíba. O estudo visa a contribuir para a compreensão da situação educacional estadual paraibana, considerando os principais desafios para a constituição de uma educação de qualidade. O presente texto tem como objetivo o exame das iniciativas de avaliação padronizadas e as medidas de responsabilização e prestação adotadas no estado pesquisado. O texto é resultado da análise de documentos estaduais, com ênfase nas proposições de organização, de gestão e de avaliação da educação básica e de dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE e pelo INEP, entre outros.

O texto está dividido em três momentos. No primeiro, a apresentação de uma caracterização geral do estado e da educação paraibana. No segundo, a análise das medidas de avaliação externa da educação básica estadual e de responsabilização e prestação de contas dos docentes, gestores e escolas. Por fim, as considerações finais.

### **ESTADO DA PARAÍBA: CARACTERIZAÇÃO GERAL E EDUCACIONAL**

O estado da Paraíba é formado por 223 municípios. Possui uma área de 56.468,435 km<sup>2</sup>, 0,66% do território nacional. 70% dessa área está localizada no denominado polígono

das secas. Para o ano de 2017, a população estimada do estado, pelo IBGE, era de 4.025.558 habitantes. No Censo de 2010, a população observada foi de 3.766.528 habitantes, 75,4% vivendo na zona urbana e 24,6% na zona rural (IBGE, 2018).

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD, 2013), o estado da Paraíba vem reduzindo, desde a última década do século XX, o número de famílias em situação de extrema pobreza ou de vulnerabilidade à pobreza. Tal redução ocorreu de forma mais evidenciada no período de 2000-2010. O estado da Paraíba ocupa o 23º lugar no IDHM entre as 27 unidades federadas do país (PNUD, 2013), consistindo em um dos estados mais pobres do país, a despeito da elevação da maioria dos indicadores nas últimas décadas.

Na área da educação, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o estado da Paraíba apresentava, no ano de 2016, a quarta maior taxa de analfabetismo do país. No segundo trimestre desse ano, o estado contabilizou 16,3% da população, com idade acima de 15 anos, como analfabeta, apresentando índices inferiores apenas em relação aos estados do Maranhão, Piauí e Alagoas (PNAD, 2016). Segundo o IBGE (2017), entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade, 15,3% informaram não ter ou ter menos de um ano de instrução. 12,9% apontaram possuir de um a três anos de instrução, 24,6%, de quatro a sete anos, 14,4%, de 8 a 10 anos, 24%, de 11 a 14 anos, e 8,6%, de 15 anos ou mais de escolarização. Pelo exposto, os desafios educacionais, no estado, são grandes, no que se refere à garantia do acesso e da permanência na escola.

## **POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE *ACCOUNTABILITY* NA EDUCAÇÃO ESTADUAL PARAIBANA**

Desde os anos 1990, as iniciativas de avaliação externa têm ocupado centralidade na política educacional brasileira. Nas duas últimas décadas, muitos estados e municípios criaram seus sistemas próprios de avaliação da educação, tendo por base as matrizes de referência do SAEB. Muitos desses sistemas instituíram mecanismos de responsabilização de escolas, gestores, professores e, inclusive, alunos.

A seguir, são apresentadas as iniciativas de avaliação externa da educação e de *accountability* implantadas pelo Governo do estado da Paraíba: “Sistema próprio de avaliação: Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba” (IDEPB); “Prêmios Escola de Valor” e “Mestres da Educação”; e “Programa Soma – Pacto pela Aprendizagem na Paraíba”.

O estado da Paraíba foi governado, no período 2011-2018 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), em coligação com partidos de diferentes orientações políticas. No documento “Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional – Projeto Brasil: princípios e diretrizes” (s. d.), o PSB apresenta como uma de suas prioridades a instituição de políticas de avaliação estandarizadas da educação e de reconhecimento do mérito de seus profissionais por meio do pagamento de premiações e bônus financeiros vinculados ao alcance de metas estabelecidas externamente.

No ano de 2015, o Sistema Avaliando o IDEPB foi regulamentado por meio da Portaria n.º. 368, de 14 de julho de 2015. O IDEPB, assim como o IDEB, combina indicadores de desempenho e fluxo escolar, visando a oferecer informações para subsidiar a definição de políticas públicas. Também são aplicados questionários contextuais.

Os Prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação, instituídos pela Lei n.º. 9.879, de 13 de setembro de 2012, visam ao fomento, à seleção, à valorização e à premiação das práticas pedagógicas exitosas, resultantes de ações integradas dos profissionais de educação, em exercício nas escolas públicas estaduais de educação básica (PARAÍBA, 2012). O Prêmio Escola de Valor concede o 14º salário para todos os profissionais das escolas que comprovem crescimento dos resultados do IDEB, no IDEPB e índices de qualidade da educação. Já o Prêmio Mestres da Educação concede o 15º salário a professores que tenham projetos selecionados e laureados.

O SOMA contempla as seguintes ações: implantação do Sistema de Gestão e Informação (SABER); implantação de programa de Desenvolvimento Profissional – formação e certificação de gestores, sob responsabilidade do CAED; formação de Professores Alfabetizadores, responsabilidade das universidades públicas do estado; distribuição de material didático para o ciclo de alfabetização; avaliação de Desempenho de Estudantes da Rede Pública: realização de avaliações formativas e somativas para os estudantes do 1º ao 3º Anos; e avaliações somativas para estudantes do 5º e do 9º anos do EF, sob a responsabilidade do CAED; e monitoramento das Ações de Alfabetização e Letramento (PARAÍBA, 2017). Dos 223 paraibanos, 219 aderiram ao Pacto no ano de 2017.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O texto aponta a centralidade das iniciativas de avaliação externa e de responsabilização na educação sob a responsabilidade do governo do estado da Paraíba. Esta ênfase é observada na criação de um sistema próprio de avaliação, o IDEPB, no ano de 2012,

com a definição e metas e o monitoramento dos resultados nas escolas da rede estadual e das ações das escolas para a elevação dos índices por meio do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) e, inclusive, as municipais pela instituição do SOMA. A implantação e o fortalecimento de programas de premiação dos profissionais da educação pelo cumprimento de metas, que se deu por meio dos prêmios “Mestres da Educação” e “Escola de Valor”, que instituíram políticas de responsabilização e de prestação de contas na educação básica paraibana.

A utilização dessas iniciativas expressa o uso dos resultados nas avaliações externas com consequências fortes, ou de 3ª geração, conforme explicam Bonamino e Sousa (2012), pois vinculam o pagamento de bônus à obtenção de resultados nas avaliações estandardizadas.

Tais medidas vêm sendo implantadas com a participação do setor privado, em sentido estrito, e de fundações e institutos, em várias políticas. A atuação do setor privado tem como exemplo a contratação do CAED para a realização da avaliação externa, com um sistema de gestão e, ainda, para a oferta de formação para gestores do sistema e das escolas. A análise dessas iniciativas consiste no conteúdo do texto completo.

## REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. *Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.*

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 2018. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2019.*

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2017*. Brasília: INEP, 2018.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Articulação Municipal. *Edital nº 001/2017, SOMA – Programa Pacto pela Aprendizagem na Paraíba*. 2017c.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação. *Portaria nº 368, 14 de julho de 2015*. Instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Educação o Sistema Próprio de Avaliação da Rede Pública Estadual de Ensino da Paraíba. Diário Oficial do Estado da Paraíba nº. 15.880, de 15 de julho de 2015, p. 15.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 368, 14 de julho de 2015. Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Educação o Sistema Próprio de Avaliação da Rede Pública Estadual de Ensino da Paraíba.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação. *Edital 014/2012*. Prêmio Mestres da Educação. Paraíba, 2012.

PARAÍBA. *Edital 013/2012*. Prêmio Escola de Valor. Paraíba, 2012.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. *Lei nº. 9.879*, de 13 de setembro de 2012. Institui no âmbito do Poder Executivo Estadual, os Prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor e dá outras providências. 2012.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB). Fundação João Mangabeira. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional – Projeto Brasil: princípios e diretrizes*. s. d. 120p.